**QUARTA REUNIÃO ESPECIALIZADA DO CIDI**  OEA/Ser.W/XII.4.4

**DE ALTAS AUTORIDADES DE COOPERAÇÃO** CIDI/RECOOP-IV/doc.5/24

18 e 19 de abril de 2024 15 abril 2024

Washington, D.C., Estados Unidos da América Original: inglês

PROJETO DE AGENDA ANOTADA

 QUARTA REUNIÃO ESPECIALIZADA DO CIDI DE

ALTAS AUTORIDADES DE COOPERAÇÃO

Tema**:** “Otimizando a cooperação e as parcerias para o desenvolvimento nas Américas”

Washington, D.C., 18 e 19 de abril de 2024

1. **INTRODUÇÃO**

Este documento expõe os temas propostos para discussão na Quarta Reunião Especializada do CIDI de Altas Autoridades de Cooperação, a ser realizada em 18 e 19 de abril de 2024, no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) da Organização dos Estados Americanos (OEA). O objetivo a que se visa é convocar os Ministros e Altas Autoridades de Cooperação para refletir sobre o tema *“Otimizando a cooperação e as parcerias para o desenvolvimento nas Américas”* e definir estratégias para fazer frente aos persistentes desafios nacionais e regionais na cooperação para o desenvolvimento.

1. **ANTECEDENTES**

Os países da América Latina e do Caribe (LAC) enfrentam um conjunto diversificado de desafios e prioridades concorrentes para o desenvolvimento, mas reconhecem a necessidade de que se unam na luta contra os desafios comuns e globais. Já em 1978, com o Plano de Ação de Buenos Aires (BAPA), a região procurou estabelecer uma ampla estrutura para promover a cooperação entre os países do sul. Em 2015, com a aprovação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), os países decidiram buscar um novo modelo de desenvolvimento sustentável, mediante o fortalecimento da colaboração e das parcerias globais de múltiplos atores, salientando especificamente o papel da cooperação entre os países do Sul Global por meio da Cooperação Sul-Sul (SSC) e Triangular (TC).

Os Estados membros vêm cada vez mais fortalecendo sua participação em modalidades de cooperação como a Sul-Sul e a Triangular, e com elas se comprometendo, reconhecendo seu próprio valor e o valor que as modalidades tradicionais como a Norte-Sul ou a cooperação multilateral agregam. Em resposta, os países da América Latina e do Caribe vêm crescentemente adotando um papel duplo, agindo como beneficiários da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA) e da assistência técnica e como doadores de conhecimento especializado e boas práticas de cooperação para outros países.

De maneira significativa, à medida que a região da América Latina e do Caribe (LAC) procede à transição para níveis mais altos de desenvolvimento, experimenta fluxos decrescentes de recursos financeiros por meio da ODA e de empréstimos concessionais, criando lacunas de financiamento em um contexto de restrição fiscal e persistentes desafios sociais, econômicos e ambientais.[[1]](#footnote-1) Os Estados membros continuam enfrentando profundas lacunas estruturais, e, embora os planos nacionais de desenvolvimento sejam compatíveis com os ODSs, somente 25% dos objetivos globais acham-se em vias de serem cumpridos até 2030.[[2]](#footnote-2) Nesse contexto, a Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Triangular são um veículo para a maior participação e parceria entre os países e os parceiros do desenvolvimento, possibilitando simultaneamente acesso a conhecimento especializado para apoiar os esforços dos países por avançar em direção a outros modelos de desenvolvimento sustentável.

Os países latino-americanos e caribenhos, apesar dos diferentes níveis de desenvolvimento e realidades adversas, enfrentam problemas, desigualdades, vulnerabilidades e desafios comuns, o que torna necessário adotar enfoques e propostas abrangentes e multidimensionais em busca de soluções (e não apenas critérios como renda *per capita*) adaptadas a cada contexto nacional e local. A esse respeito, a cooperação internacional com foco na região continua sendo fundamental. A CEPAL propõe um novo enfoque de cooperação para países de renda média, inclusive instrumentos personalizados para enfrentar a heterogeneidade econômica, produtiva e social da região. Esse enfoque enfatiza políticas centradas nas pessoas[[3]](#footnote-3) para compatibilizar as iniciativas de cooperação com as prioridades locais, promovendo a propriedade no âmbito local e combatendo a desigualdade e outras disparidades.[[4]](#footnote-4)

O estímulo para construir um sistema de cooperação mais inclusivo e coerente pode ajudar a eliminar a lacuna entre o discurso, a teoria e a prática nas Américas. Juntos os países podem caminhar em direção a uma estrutura de governo mais forte para a cooperação e podem aperfeiçoar a eficácia dos programas de desenvolvimento, evitar a duplicação de esforços, melhorar a compatibilidade das ofertas de cooperação com as necessidades locais, desbloquear o financiamento para o desenvolvimento e promover parcerias estratégicas. Esses esforços podem se traduzir em estratégias viáveis para complementar os esforços dos países por cumprir seus planos nacionais de desenvolvimento e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030.

1. **O PAPEL DA OEA**

Os Estados membros da OEA há muito reconheceram a importância do estabelecimento de relações mutuamente benéficas, fundadas na solidariedade, para enfrentar os desafios de desenvolvimento da região. Nesse contexto, a OEA, por intermédio do CIDI e de sua Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI), mediante a convocação, no âmbito de sua estrutura de ação, dos diferentes Estados do continente americano, detém o potencial para desempenhar papel central na promoção da cooperação e na construção de parcerias que apresentem soluções para enfrentar algumas das questões essenciais sociais, econômicas e ambientais que afetam o Hemisfério. O momento é propício para que os Estados membros usem os mecanismos de Cooperação para o Desenvolvimento vigentes na Organização, a fim de facilitar esse processo, especificamente sua Agência Interamericana de Cooperação para o Desenvolvimento (AICD).

Ao longo da última década, as Autoridades de Cooperação da região estabeleceram uma base para promover a cooperação para o desenvolvimento entre os Estados membros por meio da Organização. A resolução da Assembleia Geral da OEA AG/RES. 2881 (XLIV-O/16), "Promovendo iniciativas hemisféricas em matéria de desenvolvimento integral", definiu a Agenda 2030 e os ODSs como a estrutura geral para o trabalho do CIDI. Em resposta, por meio das Reuniões das Altas Autoridades de Cooperação, os Estados membros buscaram reposicionar a AICD para apoiar a implementação da Agenda 2030 mediante a Cooperação Sul-Sul e Triangular. Como agência de cooperação construída com base nos princípios de solidariedade e igualdade entre os Estados membros, a AICD pode atuar como facilitador estratégico para otimizar as ações de cooperação para o desenvolvimento, capitalizando simultaneamente seu poder único de convocar diálogos hemisféricos de política entre os países e interessados relevantes.

A AICD, em virtude de sua capacidade de convocar e liderar o diálogo hemisférico de política, é solicitada a desempenhar um papel estratégico nos processos de desenvolvimento dos Estados membros, melhorando os espaços para o diálogo técnico-político e a discussão sobre cooperação e desenvolvimento. Esse diálogo permanente apoia os processos dos Estados membros para o fortalecimento de suas instituições internacionais de cooperação e seus sistemas nacionais de cooperação, assegurando ao mesmo tempo a compatibilidade da estratégia de cooperação da Agência com as prioridades e interesses dos Estados membros. Além disso, a AICD promove a coordenação e a canalização tanto das necessidades quanto das demandas de cooperação com as boas práticas e virtudes dos Estados membros e entre os Estados membros e as estratégias de colaboração e assistência de outros atores-chave, como os Estados Observadores Permanentes e outras organizações internacionais.

Para coordenar esses esforços, as Autoridades de Cooperação dos Estados membros instituíram três Grupos de Trabalho no âmbito da AICD em sua reunião mais recente, em 2021, assegurando um enfoque mais estratégico do trabalho da Agência, aumentando o envolvimento entre os Estados membros e reposicionando-a no cenário internacional da cooperação para o desenvolvimento. Como resultado direto dos Grupos de Trabalho, as Autoridades de Cooperação aprovaram um conjunto de recomendações em 2023, procurando fortalecer a AICD como a espinha dorsal da promoção, coordenação, gestão e facilitação do planejamento e execução de programas, projetos e "parcerias para atividades de desenvolvimento" no âmbito da OEA/CIDI (consulte a nota abaixo e as caixas de texto incluídas ao longo do documento para mais informações). Esses esforços são também orientados por mandatos da Assembleia Geral e se centram na compatibilização da cooperação com os Processos Ministeriais do CIDI, na arrecadação de fundos para apoiar as parcerias nas atividades de desenvolvimento e no reposicionamento da AICD para que seja mais receptiva às necessidades da região.

|  |
| --- |
| Nota: Para posterior referência e consideração das Autoridades de Cooperação dos Estados membros, na medida em que se envolvam no diálogo na Reunião Ministerial, a Secretaria revisou este projeto preliminar de agenda anotada para incluir um conjunto de textos que resumem as principais recomendações decorrentes dos Grupos de Trabalho da AICD. Para acesso ao conjunto completo de recomendações de cada Grupo de Trabalho use os *links* em cada uma das caixas. |

1. **TEMA E TÓPICOS PROPOSTOS PARA A REUNIÃO MINISTERIAL**

O tema abrangente da Quarta Reunião de Altas Autoridades de Cooperação, “*Otimizando a cooperação e as parcerias para o desenvolvimento nas Américas”* apresenta uma oportunidade de maximização das soluções, das competências e da capacidade dos Estados membros para confrontar as barreiras que permanentemente impedem a mobilização da cooperação para o desenvolvimento. Esses desafios compreendem questões críticas como: 1) melhoramento das estruturas de governo para a cooperação eficaz; 2) captação, compilação e comunicação de novas necessidades de cooperação para atenção e ação; 3) promoção da coerência entre os sistemas nacionais, regionais e internacionais de prestação de informações; 4) otimização de enfoques nacionais efetivos para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) como meio de cooperação; e 5) eliminação das lacunas de financiamento/crédito para a cooperação para o desenvolvimento. As Autoridades de Cooperação dos Estados membros abordarão esses tópicos e abrirão o diálogo aos representantes dos Estados Observadores Permanentes, das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs), das fundações e do setor privado, além de outros atores relevantes.

1. **Melhoramento das estruturas de governo para a cooperação eficaz**

Análise da situação: O cenário vigente da cooperação internacional é altamente fragmentado, tanto no interior das agências governamentais quanto entre as entidades governamentais e não governamentais, levando a esforços redundantes e restringindo a capacidade dos países de efetivamente alavancar a cooperação para o desenvolvimento.

Persistem ainda, apesar do progresso alcançado em diversos países da região, as fragilidades institucionais nas entidades que regem a cooperação internacional. Essas fragilidades levam a dificuldades em diversas áreas, inclusive a identificação e vinculação das necessidades e demandas de cooperação a oportunidades de financiamento e assistência; a coordenação entre os vários doadores e os parceiros na cooperação; a condução do diálogo e da coordenação entre as instituições nos diferentes níveis de governo; a geração de complementaridades e sinergias; e a garantia de compatibilização entre aspectos políticos/estratégicos e técnicos, entre outras. A esse respeito, um dos papéis fundamentais da AICD seria o apoio à construção e fortalecimento da capacidade das instituições que coordenam a cooperação internacional em cada país, independentemente do tipo de estrutura institucional adotada pelos Estados individualmente.

Possíveis estratégias: Uma estrutura robusta de governança permitirá que os Estados membros coordenem melhor os esforços nacionais e regionais de cooperação. Considerando que a cooperação das esferas locais e municipais frequentemente representa o ‘coração” da cooperação, essa estrutura deve reconhecer que a cooperação ocorre em todos os níveis de governo, perpassando todos os setores e diferentes atores que muitas vezes assumem papéis tanto de doadores quanto de beneficiários da cooperação. Essa complexidade exige mecanismos que promovam a identificação, interação e coordenação permanente dos parceiros na cooperação. A concretização dessa estratégia envolve o fortalecimento da capacidade humana e institucional, mediante o intercâmbio de boas práticas relacionadas às estruturas de governo. Além disso, a cooperação técnica no âmbito de cada país e entre os países da região, bem como a colaboração com as agências de desenvolvimento dos países doadores, pode servir para fortalecer as competências e assegurar um enfoque mais harmônico, coerente e eficaz.

Para essa finalidade, o objetivo do diálogo é identificar boas práticas na governança da cooperação da região e se valer da análise que outras organizações regionais vêm conduzindo a esse respeito. Do mesmo modo, o diálogo procura informar sobre experiências, progresso e desafios e apresentar recomendações genéricas sobre estruturas, sistemas ou quadros de governança da cooperação que os países participantes possam aplicar, de acordo com suas necessidades, contextos e capacidade.

Perguntas orientadoras para a discussão

* Que tipos de estruturas de governo existem nos Estados membros para promover e garantir a cooperação? Como região, que lições podemos aprender das estruturas existentes?
* Que mecanismos se acham em funcionamento para identificar, sistematizar e analisar as necessidades e os interesses da cooperação, bem como as boas práticas e pontos fortes de cada país, de modo que tanto a oferta quanto a demanda sejam compatíveis com as prioridades do desenvolvimento?
* Que mecanismos existem para coordenar a cooperação nos âmbitos nacional, estadual e municipal, a fim de assegurar que as intervenções sejam eficazes e respondam a suas necessidades?
* Qual o papel das Autoridades de Cooperação no fortalecimento das estruturas de governo necessárias para identificar, de um lado, as prioridades nacionais e locais de desenvolvimento e, de outro, as oportunidades de cooperação que possam atender a essas prioridades?
* Como pode a AICD promover regionalmente as conexões entre as várias entidades, estruturas e mecanismos nacionais de cooperação, com vistas a promover a coordenação e o intercâmbio de conhecimentos e competências técnicas especializadas?
1. **Captação, compilação e comunicação de novas necessidades de cooperação para atenção e ação**

Análise da situação: O sistema internacional de cooperação vem buscando se tornar mais local, inclusivo e sensível aos desafios identificados pelos países e comunidades, procurando, ao mesmo tempo, ser compatível com objetivos de desenvolvimento globais e nacionais mais amplos. Os governos nacionais dos Estados membros da OEA desempenham papel essencial na coordenação da cooperação internacional para o desenvolvimento em seus países, mediante seus sistemas nacionais de cooperação. Um elemento central desse trabalho é um melhor entendimento das necessidades locais de desenvolvimento. Cada vez mais, os governos da América Latina e do Caribe e de outras regiões vêm conduzindo avaliações de necessidades comunitárias para fundamentar a formulação de políticas e programas públicos. Esses esforços são frequentemente duplicados pela comunidade doadora e outros atores do desenvolvimento, levando à fadiga consultiva e a um uso ineficaz dos recursos.

Possíveis estratégias: A AICD pode apoiar o fortalecimento dos pontos focais governamentais para coordenar a cooperação internacional em seus países, para ajudá-los a se tornar mais eficientes ao definir suas próprias prioridades, interagindo com parceiros externos, e coordenando e monitorando programas e projetos. Melhores estratégias e mecanismos para captar, compilar e comunicar necessidades ajudarão a abordar a incompatibilidade entre as ofertas de cooperação e as demandas locais, evitar a duplicação de esforços, aperfeiçoar a coerência, indicar oportunidades de parceria e melhorar a eficácia geral da cooperação. Dentre as possíveis ações destacam-se a conscientização quanto à importância da comunicação efetiva na gestão da cooperação, a condução de consultas e avaliações comunitárias conjuntas; a preparação de relatórios periódicos sobre as necessidades de desenvolvimento dos países; a promoção de intercâmbios entre países doadores e beneficiários; e a oferta de orientação mais clara sobre as prioridades locais, com vistas a fundamentar a formulação da assistência para o desenvolvimento. Os organismos ou escritórios nacionais de cooperação existentes, responsáveis por questões de cooperação, desempenham papel central como intermediários entre os doadores e outros financiadores.

De maneira similar, a AICD pode promover e liderar diálogos periódicos nas esferas política e técnica entre doadores/parceiros de cooperação tradicionais e os países da LAC, com a finalidade de encontrar complementaridades e sinergias entre as prioridades nacionais e locais de desenvolvimento dos Estados membros e as oportunidades e agendas de cooperação dos doadores. Isso pode ajudar a garantir que as oportunidades de cooperação sejam compatíveis com as demandas dos países da região, e a elas atendam.

Durante o diálogo, as ferramentas disponíveis na OEA, como a CooperaNet, serão apresentadas e disponibilizadas, de modo que os países possam compartilhar seus pontos positivos, boas práticas e conhecimento técnico sobre questões de desenvolvimento para intercâmbio e aprendizagem mútuos. Por outro lado, a reunião promoverá o intercâmbio de experiências entre os países em áreas como coordenação e governos subnacionais e seus sistemas nacionais de cooperação, com o intuito de identificar necessidades e oportunidades para compartilhar por meio da Cooperação Sul-Sul.

Perguntas orientadoras para a discussão

* Como podem os Estados membros apoiar efetivamente a implementação de enfoques locais e orientados pela comunidade para a programação da cooperação internacional?
* Como podem os Estados membros melhor reunir e comunicar suas lacunas e necessidades de desenvolvimento no cenário internacional?
* Como pode a AICD ajudar a captar, centralizar e comunicar as necessidades dos Estados membros de modo a corresponder às ofertas de cooperação disponíveis e novas?
* Que mecanismos e/ou plataformas nacionais e regionais existem para ajudar a adaptar os instrumentos de cooperação às necessidades locais de desenvolvimento?

|  |
| --- |
| **Caixa 1**RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES DO GRUPO DE TRABALHO 1Modelo Atualizado para o Processo Ministerial do CIDI e o Papel das Autoridades de Cooperação da Região(Aprovado na Reunião Formal dos Grupos de Trabalho da AICD realizada em 2 de novembro de 2023)Recomendações-chave no âmbito dos Processos Ministeriais* Encarregar as autoridades setoriais de convidar os órgãos de cooperação dos Estados membros da OEA a que participem ativamente dos Processos Ministeriais do CIDI.
* Confiar à JD/AICD a preparação de um relatório anual sobre a compatibilidade entre os projetos da Agência e as prioridades ministeriais, e de um relatório semestral ao CIDI sobre os resultados dos projetos e atividades de cooperação.
* Aperfeiçoar a divulgação das atividades de cooperação por meio da CooperaNet.

Recomendações-chave no âmbito da JD/AICD* Aumentar os esforços sincronizados entre o CIDI e o Conselho Permanente, com vistas à elaboração de Planos de Trabalho trienais que promovam o papel central da AICD na compatibilização das prioridades setoriais e na facilitação das ações de cooperação.
* Instituir mecanismos que promovam o diálogo entre os pontos focais da cooperação e das reuniões setoriais, para maximizar a sinergia e a utilização de recursos.

Recomendações-chave no âmbito da AICD* Conduzir uma missão para identificar oportunidades de financiamento, elaborar um manual de procedimentos para a gestão de projetos e centralizar os esforços de capacitação no interior da AICD.
* Preparar um Documento de Planejamento para compatibilizar as carteiras de projetos com as prioridades ministeriais, inclusive mapeando as demandas de cooperação, as fontes financeiras disponíveis e os planos de treinamento de recursos humanos.

O conjunto completo de recomendações acha-se disponível no [documento AICD/JD/doc-219/23 rev.1](https://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=AICD/JD%20XX.2.18/doc.&classNum=219&lang=e). |

1. **Promoção da coerência entre os sistemas nacionais, regionais e internacionais de prestação de informações**

Análise da situação: A incoerência entre os sistemas nacionais, regionais e internacionais de informação é um dos fatores que contribuem para a fragmentação da cooperação internacional. Os mecanismos que medem com precisão os fluxos de cooperação para o desenvolvimento para a região e da região podem impulsionar a complementaridade e a coordenação das ações internacionais de desenvolvimento. Esses mecanismos dependem do compromisso dos países de assegurar que a informação prestada seja transparente, acessível, consensual e padronizada, e garanta a rastreabilidade do impacto. Um desses mecanismos é a Estrutura Comum para Avaliar e Aumentar a Visibilidade da Cooperação Sul-Sul, da UNCTAD, de que diversos Estados membros da OEA e parceiros de outras regiões participam.

Possíveis estratégias: A cooperação efetiva exige repositórios sistematizados e descentralizados que integrem indicadores para avaliar a contribuição de projetos e programas para os objetivos nacionais de desenvolvimento e a Agenda 2030.[[5]](#footnote-5) O acesso à informação sobre as prioridades e ações de cooperação nos âmbitos local, nacional e regional fortaleceria os esforços por produzir impacto, gerando dados, possibilitando o monitoramento e a avaliação, comunicando contínuas adaptações e promovendo a coordenação entre os diferentes atores que participam dos esforços técnicos e financeiros de cooperação.

Houve progresso, e esse progresso se mantém, na medida em que muitos países da região se envolvem em diferentes esforços internacionais de prestação de informação. Em 2023, na Conferência Regional sobre Cooperação Sul-Sul na LAC, convocada pela CEPAL,[[6]](#footnote-6) as Autoridades de Cooperação reconheceram o trabalho da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), a plataforma do Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular (SIDICSS) nessa área, e instaram os países a que se baseiem nas perspectivas oferecidas pela Força-Tarefa Internacional de Apoio Oficial Total ao Desenvolvimento Sustentável da OECD (TOSSD).

O fortalecimento do diálogo regional e do trabalho das Autoridades de Cooperação é vital para a promoção da participação e envolvimento de todos os Estados membros da OEA nesses esforços. É necessário um enfoque hemisférico para harmonizar a prestação de informações e os critérios de avaliação, compatibilizar metodologias e normas e promover maior transparência, responsabilização e aprendizagem mútua no campo da cooperação Sul-Sul e Triangular na LAC. Esse processo inclui o intercâmbio de experiências sobre os mecanismos/estruturas nacionais correntes de prestação de informações, melhores práticas e desafios sobre a gestão dos sistemas de informação vinculados à cooperação internacional, a identificação de oportunidades de aperfeiçoamento e a colaboração e a capacitação, entre outros.

A esse respeito, para assegurar a consistência e a complementaridade entre os sistemas, recomenda-se conduzir uma identificação e uma análise comparativas dos sistemas de informação e registro nacionais ou regionais disponíveis. Essa análise deve determinar que mecanismos são mais amplamente aceitos nos sistemas Interamericano, Ibero-Americano e similares. É também importante entender os objetivos específicos de cada sistema e o tipo de informação e dados que disponibilizam. Esse conhecimento deve ser compartilhado entre todos os países da América Latina e do Caribe (LAC), permitindo que considerem a adoção de ferramentas e/ou sistemas pertinentes a suas necessidades. Além disso, é crucial identificar e abordar quaisquer dificuldades que possam surgir na implementação desses sistemas, entre outras considerações relevantes.

Perguntas orientadoras para a discussão

* Como pode a região avançar na harmonização e racionalização da avaliação da cooperação e na respectiva prestação de informações?
* Que medidas devem ser tomadas para instituir mecanismos coerentes para a avaliação de dados e possibilitar a tomada de decisões mais bem fundamentada?
* Como coordenar efetivamente o intercâmbio de informações com os países doadores, a fim de evitar contagem dupla e assegurar a eficiente alocação e gasto de recursos?
* Como facilitar o processo de prestação de informações nos âmbitos local e regional para reduzir o ônus relacionado aos exercícios de prestação de informações? Que tipos de ações de capacitação são necessárias?

|  |
| --- |
| **Caixa 2****RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES DO GRUPO DE TRABALHO 3**Papel da AICD na cooperação internacional para o desenvolvimento *(Aprovado na Reunião Formal dos Grupos de Trabalho da AICD realizada em 2 de novembro de 2023)** Revisar o estatuto da AICD para assegurar a compatibilização e a coordenação com a agenda internacional sobre Cooperação Multilateral, Sul-Sul e Triangular e a promoção da agenda de cooperação da AICD em reuniões de alto nível e técnicas sobre cooperação para o desenvolvimento.
* Explorar oportunidades de centralizar as ações de cooperação da OEA no âmbito da AICD, a fim de fortalecer seu papel na coordenação, canalização e promoção da cooperação, de maneira compatível com as prioridades nacionais e os processos ministeriais.
* Definir canais de comunicação e participação com Agências de Cooperação dos Estados Observadores Permanentes e o setor privado nesses países, a fim de identificar oportunidades de colaboração com os programas da SEDI, inclusive a CooperaNet e o FCD, e complementá-los.
* Encarregar as Autoridades de Cooperação de: (1) divulgar a agenda de cooperação e as iniciativas da AICD com Agências de Cooperação dos Estados Observadores Permanentes; e (2) salientar de maneira efetiva as iniciativas da SEDI sobre desenvolvimento regional, como sua participação no relatório TOSSD/OECD e na Perspectiva Latino-Americana 2023 da OECD.
* Elaborar diretrizes para a coordenação do trabalho da AICD com as Autoridades de Cooperação dos Estados membros, instituições com mandatos similares e outros atores de cooperação, inclusive organizações internacionais e instituições financeiras.

O conjunto completo de recomendações acha-se disponível no documento [AICD/JD/doc-221/23 rev.1.](https://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=AICD/JD%20XX.2.18/doc.&classNum=221&lang=e)   |

1. **Otimização de enfoques nacionais efetivos para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como meio de cooperação**

Análise da situação: Apesar dos esforços globais por alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), o progresso até esta data tem sido insuficiente para cumprir o prazo de 2030. Globalmente, cerca de 50% das metas recentemente avaliadas pelas Nações Unidas[[7]](#footnote-7) mostraram desvios moderados a graves da trajetória estabelecida, e para mais de 30% das metas não há progresso ou os indicadores regrediram em relação à linha de base de 2015, indicando obstáculos significativos para o cumprimento dos ODSs. Na América Latina e no Caribe, o relatório regional[[8]](#footnote-8) da CEPAL referente a 2023 mostra que, embora algum progresso tenha sido feito no que diz respeito ao cumprimento da Agenda 2030, desafios e desalinhamentos significativos existem em vários objetivos, inclusive os ODSs 6, 7, 9, 11 e 17. Consequentemente, é importante que os governos fortaleçam as políticas e as ações programáticas, de acordo com os compromissos assumidos, o que exige cada vez mais parcerias com organizações internacionais e outros parceiros relevantes, para ampliar seus esforços. É igualmente importante que os países partilhem suas estratégias, conhecimento, boas práticas e êxitos, de modo que outros possam adotá-los e adaptá-los, conforme seja necessário, a fim de acelerar o progresso para a consecução dos ODSs.

Possíveis estratégias: A cooperação é fundamental para a aceleração do progresso para o alcance dos ODSs na região. A cooperação pode aumentar o financiamento e propiciar o efetivo desenvolvimento mediante a troca de conhecimentos, capacitação e da reunião de recursos financeiros e conhecimento especializado por meio de parcerias. A OEA acha-se bem posicionada para promover esse intercâmbio de boas práticas entre seus Estados membros e os Estados Observadores, adaptado a necessidades específicas, desse modo fortalecendo os esforços nacionais por alcançar os ODSs.

Perguntas orientadoras para a discussão

* Como pode a OEA melhor colaborar com os Estados membros no intercâmbio de conhecimento e cooperação e em parcerias de múltiplos interessados de que necessitam para acelerar o progresso em direção ao cumprimento dos ODSs?
* Como podem os Estados membros melhor se conectar com vistas ao apoio mútuo para aumentar os esforços nacionais destinados à consecução dos ODSs?
* Quais são algumas das soluções inovadoras que podem ser utilizadas para prestar assistência aos Estados membros em seus esforços por superar os desafios que enfrentam para o cumprimento dos ODSs nos restantes seis anos?
* Como podem os programas e projetos de cooperação da OEA ser melhor adaptados para enfrentar as lacunas no alcance dos ODSs e como podem as Autoridades de Cooperação priorizar ações e recursos para complementar os recursos dos doadores, a fim de ampliar seu alcance e impacto?
1. **Eliminação das lacunas de financiamento/crédito para a cooperação para o desenvolvimento**

Análise da situação: A região continua enfrentando o impacto socioeconômico da pandemia e da devastação causada por desastres naturais cada vez mais frequentes, decorrentes da mudança climática. A crescente lacuna entre as necessidades e os recursos disponíveis para os países da LAC suscita desafios significativos e limita sua capacidade de cumprir os respectivos planos nacionais de desenvolvimento e os ODSs. Os países da região enfrentam níveis insuficientes de financiamento por meio de recursos financeiros nacionais, do investimento e dos programas nacionais, da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA) e de outros fluxos de financiamento, bem como um alto nível de percepção de risco para impulsionar o investimento do setor privado.

Possíveis estratégias: Abordar esses desafios implica mobilizar recursos adicionais por meio da ODA e outras vias, tornando flexível o financiamento disponível aos países em desenvolvimento e reduzindo o risco real e percebido relacionado a investir na região. Além disso, os países podem adotar enfoques inovadores da programação e prestação de cooperação para o desenvolvimento, inclusive potencializando a capacidade local, minimizando a duplicação e aumentando os investimentos na prevenção e preparação da construção de resiliência e redução de riscos futuros.

No âmbito da OEA, é imperativo explorar enfoques inovadores para atrair financiamento adicional. O Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento da OEA (OEA/FCD), criado para complementar a ODA regional, é atualmente financiado no total por contribuições voluntárias dos Estados membros. Contribuições em queda e a falta de participação de alguns Estados membros levou a grave subfinanciamento, limitando a capacidade do Fundo de implementar projetos em escala. Novos mecanismos para atrair recursos para o OEA/FCD – garantindo compromissos de financiamento dos Estados membros, ativando contas setoriais para receber fundos para projetos específicos, atraindo novas fontes de financiamento, entre outros – são necessárias para efetivamente ampliar as parcerias para o desenvolvimento por meio da Organização e apoiar seus esforços por fazer avançar os objetivos regionais e globais de desenvolvimento, especialmente para nossas comunidades mais vulneráveis e insuficientemente atendidas.

A reunião também abordará como a OEA e a AICD podem desenvolver diretrizes e/ou orientações para a gestão do setor privado no campo da cooperação internacional, inclusive: (1) parâmetros e princípios para a participação do setor privado; (2) definição de incentivos e oportunidades de parcerias para partilhar com o setor privado; e (3) mecanismos de avaliação da participação do setor privado na cooperação internacional, entre outros assuntos.

Plataformas como a CooperaNet possibilitam e promovem o intercâmbio de informações e experiências sobre gestão, estruturas normativas, políticas, ferramentas e outras áreas. Esse intercâmbio é valioso para atrair parcerias de múltiplos interessados, como um novo esquema de cooperação envolvendo a participação do setor privado, do setor acadêmico, da sociedade civil e de outros atores.

Perguntas orientadoras para a discussão

* Como promover a participação mais ampla, equitativa e transparente dos interessados em desenvolvimento da região, com vistas a eliminar a lacuna de financiamento para o desenvolvimento?
* Como pode o financiamento para o desenvolvimento existente ser otimizado para alcançar resultados tangíveis, considerando fatores como a potencialização da capacidade local e a minimização da duplicação?
* Que mecanismos novos podem ser priorizados para atrair financiamento adicional e aumentar as parcerias para o desenvolvimento?
* Como podem os Estados membros trabalhar com a OEA/SEDI para atrair novas fontes de financiamento de outros parceiros? Qual dos mecanismos poderia ser reativado ou implementado para atrair financiamento adicional a curto prazo?

|  |
| --- |
| **Caixa 3****RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES DO GRUPO DE TRABALHO 2** Arrecadação de recursos para apoiar parcerias para atividades de desenvolvimento no âmbito da OEA/SEDI*(Aprovado na Reunião Formal dos Grupos de Trabalho da AICD realizada em 2 de novembro de 2023)** Desenvolver um questionário para determinar: (1) as razões pelas quais os Estados membros não contribuem atualmente para o FCD para promover a participação de todos os Estados membros da OEA no FCD; e (2) as ações destinadas ao alcance da sustentabilidade do FCD a longo prazo.
* Criar contas temáticas no âmbito do FCD, permitindo financiamento personalizado para programas regionais críticos compatíveis com as prioridades ministeriais do CIDI.
* Reestruturar o estatuto do FCD para permitir a implementação de programas fora do ciclo regular de programação e incluir uma linha específica para financiar iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Triangular mediante a mobilização de recursos externos, por exemplo, do setor privado, e parcerias de múltiplos interessados na região.
* Desenvolver uma estrutura para a criação e implementação de uma Organização 501(c)(3) para determinar se os Estados membros devem instituir uma 501(c)(3) para apoiar a AICD na canalização de Financiamento do Setor Privado dos Estados Unidos.
* Desenvolver diretrizes para o envolvimento do setor privado, definindo parâmetros, incentivos e oportunidades de parceria para fazer frente às necessidades de desenvolvimento.
* Implementar estratégias para aumentar a consciência dos Estados membros quanto ao FCD, bem como sua participação nesse fundo, inclusive exposições, webinars, reuniões extraordinárias do CIDI e promoção por meio dos campeões dos Estados membros e dos departamentos da OEA.
* Fortalecer a dotação de pessoal da SEDI dedicada à arrecadação de fundos dentro das restrições orçamentárias para apoiar projetos de desenvolvimento.

O conjunto completo de recomendações acha-se disponível no documento [AICD/JD/doc-220/23 rev.1](https://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=AICD/JD%20XX.2.18/doc.&classNum=220&lang=e). |

1. **Diálogo com interessados relevantes**
2. **Diálogo entre os Estados membros da OEA e os Estados Observadores Permanentes**

Os Estados Observadores Permanentes[[9]](#footnote-9) da OEA vêm também transitando pelo cenário do desenvolvimento em evolução, mudando, ao mesmo tempo, para enfoques mais colaborativos para enfrentar os intricados desafios globais. Novos modelos de cooperação estão se afastando de uma mentalidade de 'ajuda' e 'assistência' na direção de um modelo de 'parceria' que apresenta oportunidades para estratégias de desenvolvimento mais inclusivas e de maior impacto. Os Estados Observadores podem trabalhar com a OEA para estimular a Cooperação Triangular, que exige sistemas adaptados e apoio de liderança[[10]](#footnote-10) para a formulação e prática de diplomacia técnica.[[11]](#footnote-11) As estratégias comuns de Cooperação Triangular implicam ações conjuntas e parcerias no nível técnico que lancem as bases do diálogo político e da diplomacia no Hemisfério, e os fortaleçam.

O diálogo também procura intensificar a divulgação das estratégias de cooperação de numerosos parceiros tradicionais da Cooperação Triangular, inclusive agências de cooperação como a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), a União Europeia e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), entre outras. Esse diálogo serviria de base para identificar sinergias, promover complementaridades e evitar superposições entre as agendas de cooperação que os doadores promovem em suas relações bilaterais com os países da LAC e aquelas que priorizam em sua relação com a OEA.

Perguntas orientadoras para a discussão

* Quais são as prioridades estratégicas de cooperação dos Estados Observadores Permanentes da OEA em apoio à consecução dos ODSs? Como pode essa colaboração ser estrategicamente compatibilizada com as necessidades nacionais e regionais de desenvolvimento?
* Como pode a OEA melhor apoiar os Observadores Permanentes para que ativamente assumam um enfoque mais colaborativo de 'parceria' em relação à cooperação?
* Como podem os Observadores Permanentes potencializar os mecanismos de cooperação existentes na estrutura da OEA/SEDI para promover e fortalecer a cooperação com a região?
* Como pode a OEA/SEDI melhor apoiar os Observadores Permanentes no envolvimento dos Estados membros por meio da Cooperação Triangular?
1. **Diálogo entre os Estados membros da OEA, o setor privado, as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs), as fundações e outros atores do desenvolvimento**

As Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) e as fundações desempenham um importante papel na promoção do desenvolvimento, proporcionando acesso a financiamento e programação. As IFDs oferecem uma combinação de empréstimos com garantia soberana, subvenções e empréstimos concessionais que permitem que os países em desenvolvimento e emergentes da região financiem suas necessidades de desenvolvimento, potencializando, ao mesmo tempo, os recursos governamentais para obter fundos adicionais por meio dos mercados de capital.[[12]](#footnote-12) As IFDs também prestam outros serviços não financeiros de alto valor, inclusive assistência técnica, monitoramento e avaliação, pesquisa e geração de conhecimento e recomendações de política baseadas em evidência. Maior coordenação e colaboração entre as IFDs e as organizações internacionais, como a OEA, pode ajudar a impulsionar a coerência de política, evitar a duplicação de esforços e gerar sinergias para ampliar o impacto.

As fundações também oferecem uma grande variedade de programas de desenvolvimento, gerando uma base de evidências de intervenções viáveis que os governos podem aumentar ou replicar para ampliar seu impacto e alcance na região. Para maximizar suas contribuições de natureza única e apoiar os esforços de desenvolvimento, é necessário melhorar a coordenação e criar oportunidades de aprender de percepções viáveis proporcionadas por programas sociais escaláveis impulsionados pelas fundações e trabalhar em conjunto para mobilizar recursos adicionais para a ação comum.

Por sua vez, o setor privado – como força central que orienta o investimento e a inovação – assume responsabilidade significativa no avanço da produtividade, promovendo o crescimento econômico inclusivo e gerando oportunidades de emprego.[[13]](#footnote-13) O setor privado exerce impacto considerável no nível de progresso em direção à produção sustentável, promovendo a descarbonização da economia e remodelando padrões de consumo em várias indústrias. A esse respeito, é importante conscientizar para o fato de que a transição para economias mais verdes demanda estreita colaboração entre o setor privado, o setor público, a sociedade civil e o setor acadêmico para fortalecer a capacidade local e, de maneira coletiva, abordar a alta vulnerabilidade da região à mudança do clima.

Na LAC, a desigualdade extrema suscita a possibilidade de explorar bolsões de riqueza de um setor privado que cada vez mais reconhece a compatibilidade dos interesses sociais e privados, tais como educação e desenvolvimento da força de trabalho. Os investimentos de impacto social, a filantropia, o financiamento misto e a responsabilidade social corporativa representam oportunidades crescentes na região. O setor privado também pode exercer um papel proativo no fornecimento de dados e mecanismos de monitoramento para rastrear o progresso decorrente de suas contribuições para a implementação dos ODSs.[[14]](#footnote-14)

A crescente consciência social e ambiental do consumidor e das empresas vem promovendo mudanças. O setor privado é cada vez mais receptivo à participação em iniciativas público-privadas de desenvolvimento social global, regional e nacional, como o Pacto Global das Nações Unidas, para o avanço dos ODSs e a Parceria para a América Central liderada pelos Estados Unidos. Apesar desse progresso, os governos e as organizações internacionais devem trabalhar em conjunto para continuar mobilizando o setor privado para fortalecer seu poder econômico para o desenvolvimento sustentável.

Perguntas orientadoras para a discussão

* Como podem as organizações internacionais como a OEA colaborar efetivamente com as IFDs e as fundações para maximizar os recursos e as competências para abordar os complexos desafios de desenvolvimento da região?
* Que mecanismos ajudaram a compatibilizar as iniciativas do setor privado para aumentar a colaboração com o setor público, a sociedade civil e o setor acadêmico para promover a sustentabilidade e o impacto social?
* Como podem as organizações internacionais como a OEA apoiar o envolvimento do setor privado com os interessados na cooperação para o desenvolvimento nos âmbitos local, nacional e regional?
* Que experiências valiosas vêm potencializando o setor privado para fortalecer o capital humano, financiar programas de desenvolvimento e proporcionar dados e mecanismos de monitoramento para rastrear o progresso na implementação dos ODSs?
1. **OBJETIVO DA REUNIÃO**

O objetivo da Quarta Reunião de Autoridades de Cooperação é reunir os Estados membros, os Estados Observadores Permanentes e as organizações internacionais para ajudar a concretizar o potencial da cooperação para o desenvolvimento. A reunião de alto nível procura se beneficiar dos principais mecanismos e ferramentas disponíveis na OEA para promover o intercâmbio de ideias, experiências e boas práticas em áreas-chave, como o fortalecimento da governança, o aperfeiçoamento da coerência na prestação de informações e na avaliação das ações de cooperação para o desenvolvimento; a gestão e financiamento da cooperação internacional no espaço interamericano e a promoção de parcerias estratégicas com atores como o setor privado, as Instituições Financeiras de Desenvolvimento e as fundações, entre outras.

1. **ESTRUTURA DA REUNIÃO**

A reunião será constituída por sessões plenárias sobre os temas substantivos de discussão. No decorrer dessas sessões, as Altas Autoridades de Cooperação dos Estados membros discutirão os desafios existentes e compartilharão boas práticas e oportunidades para combater esses desafios. Serão bem-vindas ao diálogo as perspectivas dos múltiplos interessados compartilhadas por representantes dos Observadores Permanentes, das Instituições Financeiras de Desenvolvimento, peritos e acadêmicos em cooperação, pelas organizações internacionais e pelas organizações da sociedade civil. Finalmente, as autoridades discutirão como podem continuar trabalhando com a OEA para catalisar mudanças por meio dos mecanismos de cooperação existentes, inclusive a AICD, e identificar os próximos passos para a ação conjunta.

1. **RESULTADOS ESPERADOS DA REUNIÃO**

A reunião terá como resultado a elaboração de um Plano de Ação para a Cooperação 2024-2027. O plano, enriquecido por discussões aprofundadas entre os Estados membros e interessados relevantes, identificará as diferentes modalidades de cooperação em curso na região e esboçará ações concretas para efetivamente combater os desafios da cooperação abordados durante a reunião. O plano especificará os próximos passos e ajudará a coordenar ações de curto e médio prazo para a Junta Diretora da AICD, posicionando estrategicamente a OEA/SEDI para efetivamente impulsionar a cooperação para o desenvolvimento na região.

1. **PROPOSTA DE CALENDÁRIO**

|  |
| --- |
| ***Dia 1: Quinta-feira, 18 de abril de 2024*** |
| Sessão da manhã | 9h00 -13h00 | Sessão de aberturaDiscursos de boas-vindasSessão plenária 1:* Eleição processual da Presidência da reunião e aprovação dos respectivos agenda e calendário.
* Apresentação do relatório da OEA/SEDI sobre cooperação para o desenvolvimento.

Sessão plenária 2: DIÁLOGO DE ALTAS AUTORIDADES *Otimizando a cooperação e as parcerias para o desenvolvimento nas Américas* 1. Melhoramento das estruturas de governo para a cooperação eficaz.2. Captação, compilação e comunicação de novas necessidades de cooperação para atenção e ação.  |
| *Intervalo de almoço* | *13h00 – 14h00* |  |
| Sessão da tarde | 14h00 – 17h30 | Sessão plenária 3:3. Promoção da coerência entre os sistemas nacionais, regionais e internacionais de prestação de informações4. Otimização de enfoques nacionais efetivos para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como meio de cooperação * Sessão plenária 4:

5. Eliminação das lacunas de financiamento/crédito para a cooperação para o desenvolvimento |
| ***Dia 2: Sexta-feira, 19 de abril de 2024***  |
| Sessão da manhã | 9h00-13h00  | Sessão plenária 5: * Diálogo entre os Estados membros da OEA e os Estados Observadores Permanentes.
* Diálogo entre os Estados membros da OEA, o setor privado, as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs), as fundações e outros atores do desenvolvimento.
 |
| *Intervalo de almoço* | *13h00 -14h00* |  |
| Sessão da tarde | 14h00-17h30 | Sessão plenária 6:* O caminho a seguir: Próximas medidas e ações coordenadas por meio da Junta Diretora da AICD.
* Determinação do país anfitrião da Quinta Reunião Especializada do CIDI de Altas Autoridades de Cooperação, 2027
* Discursos de encerramento
 |

<..

1. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico et al. 2023. *Latin American Economic Outlook 2023: Investing in Sustainable Development*.

 <https://www.oecd-ilibrary.org/development/latin-american-economic-outlook-2023_8c93ff6e-en>. [↑](#footnote-ref-1)
2. Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe. 2023. *Halfway to 2030 in Latin America and the Caribbean: progress and recommendations for acceleration*.

 <https://www.cepal.org/en/publications/48824-halfway-2030-latin-america-and-caribbean-progress-and-recommendations>. [↑](#footnote-ref-2)
3. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. 2019. *Towards people-centric public services.*

 <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/6c26b0ba-en.pdf?expires=1706658561&id=id&accname=guest&checksum=C649FD120393FCF35BDA7AA07BB9A28C>. [↑](#footnote-ref-3)
4. CEPAL. *Report on the Seminar: New Challenges and New Perspectives on International Cooperation.* [↑](#footnote-ref-4)
5. Parceria Global para Cooperação Efetiva no Desenvolvimento (GPEDC) et al. (2022), *Rebuilding Trust Through Effective Development Cooperation*.

 <https://www.effectivecooperation.org/system/files/2022-12/GPEDC%20-%20Special%20Report%20-%20ENG_0.pdf>. [↑](#footnote-ref-5)
6. Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL). 2023. *First session of the Regional Conference on South-South Cooperation in Latin America and the Caribbean*. Resolution 1(I). <https://conferenciacss.cepal.org/1/sites/css1/files/23-00498_ccss.1_resolution_adopted.pdf>. [↑](#footnote-ref-6)
7. . Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2023, Nações Unidas, acessado em 12 de abril de 2024, <https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2023.pdf>. [↑](#footnote-ref-7)
8. . *Halfway to 2030 in Latin America and the Caribbean: progress and recommendations for acceleration*, <https://www.cepal.org/en/publications/48824-halfway-2030-latin-america-and-caribbean-progress-and-recommendations>. [↑](#footnote-ref-8)
9. A OEA tem atualmente 73 Observadores Permanentes, inclusive a União Europeia e a Santa Sé.

 [OAS 2023 Programming Report to Permanent Observers](https://www.oas.org/en/ser/dia/perm_observers/Documents/OAS%202023%20Programming%20Report%20to%20Permanent%20Observers.pdf.). [↑](#footnote-ref-9)
10. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. 2019. "Enabling effective triangular co-operation." *OECD Development Policy Papers*, No. 23.

 <https://www.oecd-ilibrary.org/development/enabling-effective-triangular-co-operation_5fc4501e-en>. [↑](#footnote-ref-10)
11. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e Banco Islâmico de Desenvolvimento. 2023. *Global Perspectives on Triangular Co-operation*.

 <https://www.oecd-ilibrary.org/development/global-perspectives-on-triangular-co-operation_29e2cbc0-en>. [↑](#footnote-ref-11)
12. A Conferência Regional sobre Cooperação Sul-Sul na América Latina e no Caribe foi realizada em 30 e 31 de maio de 2023, em Santiago, Chile. [↑](#footnote-ref-12)
13. . Pacto Global das Nações Unidas, “Engage Locally: Latin America and the Caribbean”, visto em 29 de janeiro de 2024,

 <https://unglobalcompact.org/engage-locally/latin-america>. [↑](#footnote-ref-13)
14. . Mais informações sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, juntamente com a Agenda 2030 para a América Latina e o Caribe, podem ser obtidas [aqui](https://agenda2030lac.org/en). [↑](#footnote-ref-14)